

SUMÁRIO

IN MEMORIAM	5
LINHA EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO	9
TEORIA GERAL DO PROCESSO	
Morte da Parte e Suspensão do Processo: Repercussões no Prazo Prescricional (Parecer) <i>Death of Party and Stay of Proceedings: Repercussions on Statute of Limitations (Legal Opinion)</i>	
ARRUDA ALVIM e THEREZA ALVIM	19
Pós-verdade, pós-democracia e processo <i>Post-truth, post-democracy and process</i>	
EDUARDO CAMBI e NICOLE NAIARA SCHMITZ.....	35
Breves ponderações a respeito da fundamentação das decisões judiciais: o conteúdo normativo do inciso IV do art. 489, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 <i>Brief weighting of the legal grounds of court judgments: the normative content of article 489, §1st, of the 2015 Code of Civil Procedure</i>	
MÁRIO HENRIQUE DE BARROS DORNA	77
PROCESSO DE CONHECIMENTO (FASE COGNITIVA)	
Efeitos lícitos da prova ilícita em processo: seja este estadual ou arbitral porque a natureza da jurisdição não muda o ponto de referência do ilícito (Parte I) <i>Lawful repercussions of unlawful proof (Part I)</i>	
PAULA COSTA E SILVA e NUNO TRIGO DOS REIS.....	95
TUTELA EXECUTIVA	
A penhora do faturamento da empresa e os critérios adotados por Tribunais na definição do percentual <i>The garnishment of company billing and the criteria adopted by courts in setting the percent</i>	
JULIANA LUISA SCHEIBLER e GUILHERME ANTUNES DA CUNHA.....	133

TUTELA PROVISÓRIA

Estabilização da tutela antecipada concedida no âmbito recursal: uma necessária adaptação procedimental

Permanent effects of the preliminary injunction granted by the courts: a necessary procedural adaptation

HECTOR CAVALCANTI CHAMBERLAIN e PATRÍCIA DE ARRUDA PEREIRA 155

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS – PROCESSO NOS TRIBUNAIS

Recursos extraordinário e especial contra decisões que versam sobre tutela provisória: por uma atualização hermenêutica da Súmula 735 do STF

Appeal to the Supreme Court challenging decisions on urgent relief injunctions: a new interpretation of the "Súmula" 735 of the "STF"

GEORGES ABBOUD 173

O cabimento do agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas em recuperações judiciais e falências em hipóteses não previstas na Lei 11.101/2005

Admissibility of the interlocutory appeal against decisions rendered in judicial recovery and bankruptcy proceedings when the specific hypothesis is not contemplated by Law n. 11,101/2005

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON e NATHÁLIA VARGAS 191

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Ainda o artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública: um recente desdobramento, em curso, na jurisprudência do STF

Ancora l'articolo 16 della Legge di Azione Civile Pubblica: un recente sviluppo, in corso, nella giurisprudenza del STF

CAMILO ZUFELATO 215

Ação Coletiva Passiva, um diálogo com a doutrina: Legitimidade ativa e passiva (Segunda Parte)

Defendant class actions, a dialogue with doctrine: active and passive Legitimacy (Second Part)

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR e LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ 239

A legitimação extraordinária nas ações coletivas passivas brasileiras: direitos individuais homogêneos e o "problema" da ação coletiva passiva derivada

The Extraordinary legitimacy of Representation in the Brazilian Defendant Class Action: individual homogeneous rights and derivative defendant class action "issue"

MATEUS ABREU ANTUNES DA SILVA 255

TUTELA DIFERENCIADA

Alienação (judicial ou extrajudicial) de bem por sociedade diferente da credora que compõe grupo societário: um bom exemplo de negócio jurídico executivo sobre legitimidade

Coercive sale of assets (judicial or extrajudicial) performed by a company different from the creditor who is part of the same corporate group – A good example of executive procedure agreement

FREDIE DIDIER JÚNIOR e LUCAS BURIL DE MACÊDO..... 275

Acesso à justiça. Sociedade empresarial. Cláusulas estatutárias que condicionam a formação da vontade social quanto ao interesse em litigar ou não a procedimentos internos especiais: ausência de violação ao princípio da inafastabilidade de jurisdição

Access to justice. Business corporations and partnerships. Bylaws provisions that establishes special procedures to define whether the company will litigate or not in a certain matter: access to justice is not affected

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR e HELENA LANNA FIGUEIREDO 303

DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

Dos incidentes de resolução de demandas repetitivas no caso do Rio Doce: uma análise a partir da atuação do litigante habitual nesta forma de resolução de questões repetitivas

Group Litigation in Repetitive Lawsuits in the Rio Doce case in Brazil: an analysis from the repeat player's strategy

BIANCA MENDES PEREIRA RICHTER 327

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

As medidas *autosatisfactivas* do direito argentino como forma racional de prestação da tutela jurisdicional

The self-satisfactory measures of argentine law as rational way to provide jurisdictional protection

AMÉRICO ANDRADE PINHO..... 359

Precedents in practice: the English Experience

Precedentes na prática: a experiência inglesa

NEIL ANDREWS..... 381

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Justicia artificial: oportunidades y desafíos

Artificial justice: opportunities and challenges

ÁLVARO JAVIER PÉREZ RAGONE..... 401

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Mediação e conciliação no Código de Processo Civil

Mediación y conciliación en nuevo Código Procesal Civil Brasileño

CELSO ANICET LISBOA..... 423

HISTÓRIA DO DIREITO

A Casa da Suplicação do Brasil: breve história da primeira Corte Suprema brasileira

The Brazil's Supplication House – A brief history of the Brazilian first Supreme Court

JOÃO RICARDO FERREIRA FORTINI PIMENTEL..... 439

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

Supremo Tribunal Federal

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Oposição visando a modulação de efeitos da decisão que define a justiça comum para julgamento de conflitos sobre a incidência da contribuição previdenciária – Inadmissibilidade – Matéria constitucional que não fere os princípios da confiança e da segurança jurídica e não altera jurisprudência dominante..... 467

Superior Tribunal de Justiça

REMESSA NECESSÁRIA – Admissibilidade – Condenação de natureza previdenciária – Decisão que é absolutamente mensurável, apesar de aparentemente ilíquida, podendo ser aferível por simples cálculos aritméticos.... 479

CONTESTAÇÃO – Tempestividade – Inocorrência – Protocolo, em peça física, realizado após as 19 horas no último dia do prazo – Distribuidor que recebe peça e nela apõe o comprovante de recebimento sem nenhuma ressalva – Flexibilização da regra jurídica que representa indesejado tratamento diferenciado e que não valoriza a instrumentalidade das formas... 489

LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM – Inocorrência – Ação indenizatória – Alegação de devolução parcial dos bens, após a execução da ordem de despejo – Locador que somente responderá por eventuais perdas e danos ao locatário se tiver atuado diretamente no cumprimento da ordem judicial.... 499

RESENHAS

Recensão a Jan Axtmann, Die Vorlageberechtigung von Sportschiedsgerichten zum Europäischen Gerichtshof nach Art. 267 AEUV, Duncker & Humblot, Berlin, 2016

ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA..... 515

Contraditório e vedação às decisões-surpresa no processo civil brasileiro, de Camilo Zufelato

LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR..... 519

Discurso proferido pelo Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz na sessão solene realizada pela Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, em 25.06.2019, por ocasião da outorga do título de Cidadão Emérito de Porto Alegre	
CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ.....	523
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	
Índice de Temas.....	529
Índice de Autores.....	533
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA	537